

Atividades em sala de aula

Ruth Ribas Itacarambi

Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Educadora aposentada do Instituto de Matemática e Estatística da USP. Coordenadora do Grupo Colaborativo de Investigação em Educação Matemática. Professora de curso de pós-graduação em Educação Matemática.

E-mail: acarambi@alumni.usp.br

“Compreender a mídia hoje requer o reconhecimento da complexidade das formas modernas do ‘capitalismo digital’. E se, realmente, queremos que os cidadãos sejam alfabetizados em mídia, precisamos de programas abrangentes, sistemáticos e sustentáveis de educação para a mídia como um direito básico para todos os jovens”

(David Buckingham)¹

“O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos...”

(Declaração de Salamanca)²

A organização das atividades nessa edição tem como centro a reflexão sobre o significado da inclusão social na formação do cidadão. Está apoiada nos artigos que tratam da alfabetização em mídia e, ainda, da inclusão digital dos surdos. Para fundamentar a reflexão sobre a inclusão digital, selecionamos dois artigos: a entrevista com David Buckingham, “A Educação Midiática não deve apenas lidar com o mundo digital, mas sim exigir algo diferente”, e o artigo que trata do ensino remoto, que é o cotidiano de nossas escolas públicas e privadas, no momento atual: “Experiências em ensino remoto de Publicidade e Propaganda na pandemia da Covid-19”, de Janderle Rabaiolli e Fábio Hansen. O artigo relata a experiência de uma pesquisa realizada com o objetivo de mapear práticas docentes em cursos do campo publicitário na pandemia da Covid-19.

A questão sobre a inclusão digital dos surdos é apresentada no artigo “Libras e a gestão compartilhada das águas: trocando experiências na produção

1. David Buckingham: a Educação Midiática não deve apenas lidar com o mundo digital, mas sim exigir algo diferente. Entrevista, 2020.

2. Ministério da Educação. III. Orientações para ações em níveis regionais e internacionais, item 7. Disponível em: <https://bit.ly/2YLquu5>.

Acesso em: 10 jan. 2021.

de vídeos educomunicativos para a comunidade surda”, de Tabita Teixeira e Fernanda da Rocha Brando. O artigo também nos leva a pensar nas questões do meio ambiente, em particular nas águas. No artigo, as autoras lembram que a exclusão da comunidade surda ocorre, muitas vezes, devido à falta de acessibilidade deste público às informações, ao conhecimento e aos poucos materiais educomunicativos disponíveis gratuitamente que abordem as questões socioambientais relacionadas à água.

Na perspectiva de dar continuidade à discussão dos processos educomunicativos, temos os artigos: “Experiências em ensino remoto de Publicidade e Propaganda na pandemia da Covid-19”, de Janderle Rabaiolli e Fábio Hansen, e “A extensão universitária durante a pandemia do coronavírus: experiências educomunicativas do curso de Comunicação Social da UFPE”, de Diego Gouveia Moreira, Sheila Borges de Oliveira e Giovana Borges Mesquita.

As atividades desta edição estão organizadas nos seguintes temas:

- A mídia como um direito básico para todos os jovens;
- experiências educomunicativas na pandemia; e
- a inclusão digital de portadores de necessidades especiais.

PRIMEIRA ATIVIDADE

A mídia como um direito básico para todos os jovens

O objetivo da atividade é apresentar a opinião de Buckingham, intelectual britânico, conhecido pelo trabalho com infâncias, juventudes, tecnologias e Educação Midiática, na entrevista concedida à Revista “A Educação Midiática não deve apenas lidar com o mundo digital, mas sim exigir algo diferente”, aos jornalistas Douglas Calixto e Tatiana Garcia Luz de Carvalho e ao pesquisador Adilson Citelli. A matéria traz questões da interface Comunicação e Educação, as referências teóricas compartilhadas com os Estudos Culturais e o entendimento de que é necessário superar o viés instrumental da mídia e compreender o capitalismo digital.

A atividade é destinada aos alunos e professores de graduação da área das Ciências Humanas, em especial da Comunicação (Publicidades e Propaganda) e Pedagogia.

Organizamos a atividades na seguinte sequência didática:

1. Leitura da entrevista propondo e as questões a seguir:
 - Qual a opinião do entrevistado sobre mídias digitais como cultura?
 - Qual é a influência dos Estudos Culturais na Educação Midiática?
 - Qual situação atual da Educação Midiática como um campo de trabalho?
 - Qual o papel da Educação Midiática em face do capitalismo digital?
 - Qual a opinião do entrevistado sobre as abordagens interdisciplinares?

2. Discutir as respostas das questões em grupo, levando seus componentes a refletir sobre o significado de Estudos Culturais na Educação Midiática e Capitalismo digital, na perspectiva do entrevistado.
3. Propor que os alunos em pequenos grupos pesquisem as possibilidades da Educação Midiática como campo de trabalho no Brasil.
4. Fazer um painel das informações coletadas e comparar com as considerações apresentadas na entrevista que tem como foco o Reino Unido.

SEGUNDA ATIVIDADE

Experiências educacionais na pandemia

Este tema é abordado nos artigos: “Experiências em ensino remoto de Publicidade e Propaganda na pandemia da Covid-19”, de Janderle Rabaiolli e Fábio Hansen, e “A extensão universitária durante a pandemia do coronavírus: experiências educacionais do curso de Comunicação Social da UFPE”, de Diego Gouveia Moreira, Sheila Borges de Oliveira e Giovana Borges Mesquita.

O artigo sobre o ensino remoto relata a pesquisa realizada em instituições de ensino superior (IES) com o objetivo de mapear práticas docentes em cursos do campo publicitário na pandemia da Covid-19.

O artigo sobre experiência educacionais, segundo seus autores, tem como objetivo problematizar projetos de extensão desenvolvidos por professores do curso de Comunicação Social, do Núcleo de Design e Comunicação, do Centro Acadêmico do Agreste, campus da Universidade Federal de Pernambuco em Caruaru, durante a pandemia da Covid-19.

As atividades que propomos para esse tema estão organizadas na sequência didática a seguir.

Sobre o ensino remoto, propomos a leitura do artigo com destaque inicial para o objetivo geral, que era mapear as práticas no ensino remoto em Publicidade e Propaganda na pandemia da Covid-19, e os objetivos específicos:

1. avaliar percepção e sentimento docente sobre a repentina transformação do processo ensino-aprendizagem;
2. compreender condições, ambiente e relações de trabalho docente da área na pandemia.

Propomos que os alunos e professores façam relatos sobre como foi o ensino remoto em sua instituição e apresente-os em sala de aula ou *live*.

Comparar os relatos dos docentes com as considerações da pesquisa, em particular observando o significado dos gráficos dos docentes sobre o trabalho pedagógico. Já com os discentes, olhar o gráfico sobre os “Recursos empregados no ensino remoto em relação à aceitação dos estudantes e à percepção de eficiência no processo de ensino-aprendizagem”.

Fazer a leitura das considerações finais do artigo e verificar como foi o ensino em suas instituições e se concordam com a análise apresentada pelos coordenadores da pesquisa.

Sobre experiências educacionais nos projetos de extensão dos cursos apontados no artigo “A extensão universitária durante a pandemia do coronavírus: experiências educacionais do curso de Comunicação Social”, propomos que os participantes do estudo, professores e alunos, comecem com a leitura individual do artigo e analisem os três projetos apresentados no texto.

- Rádio Cordel: na frequência do Agreste
- Rádio novela: literatura nas ondas do rádio
- Solte sua voz: os invisíveis midiáticos

Para análise, propomos as questões:

Os cursos de extensão são regidos pela interação dialógica no qual universidade e setores sociais trocam saberes, promovendo, dessa forma, impacto na formação dos estudantes e, também, na sociedade.

O rádio está presente em duas das iniciativas como mídia principal. A escolha dessa mídia se deu pela possibilidade de mobilidade, baixo custo de produção e consumo por diversos públicos.

O desenvolvimento desses cursos de extensão está no campo de intervenção social que está situado na inter-relação entre a Comunicação Social e a Educação: a Educomunicação.

Uma das principais características desses projetos é uma educação em comunicação que beneficia a cidadania e o exercício de direitos já assegurados legalmente.

Fazer a síntese das opiniões sobre os projetos e complementar com os princípios da Educomunicação apontados por Soares³:

1. promover o acesso democrático à produção e à difusão de informação;
2. facilitar a percepção crítica da maneira como o mundo é editado nos meios;
3. facilitar o ensino/aprendizado por meio do uso criativo dos meios de comunicação; e
4. promover a expressão comunicativa dos membros da comunidade em questão.

Como fechamento da atividade, propomos a leitura das considerações finais à luz dos princípios apontados por Soares.

TERCEIRA ATIVIDADE

A inclusão digital de portadores de necessidades especiais

A questão da inclusão digital de portadores de necessidades especiais nessa edição é abordada no artigo “Libras e a gestão compartilhada das águas: trocando

3. SOARES, Ismar de Oliveira. Educom.Rádio, na trilha de Mario Kaplún. In: MARQUES DE MELO, José et al. (org.). *Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mario Kaplún*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

experiências na produção de vídeos educacionais para a comunidade surda”, de Tabita Teixeira e Fernanda da Rocha Brando. Entre os portadores de necessidades especiais, o artigo trata da comunidade dos surdos. O artigo também nos leva a pensar nas questões do meio ambiente, em particular nas águas. As autoras lembram que a exclusão da comunidade surda ocorre, muitas vezes, devido à falta de acessibilidade deste público às informações, ao conhecimento e aos poucos materiais educacionais disponíveis gratuitamente, no caso sobre as questões socioambientais relacionadas à água.

A atividade se destina aos estudantes da escola básica e de graduação das diferentes áreas do conhecimento. É uma questão de cidadania e de respeito ao diferente.

Propomos começar com a leitura da *Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais*, em particular os itens 7 e 8 da seção III. Orientações para ações em níveis regionais e internacionais⁴.

Discutir os itens em grupo na sala de aula ou na *live*.

Em seguida, fazer a leitura da lei que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos⁵.

Com a síntese das duas leituras, verificar, na introdução do artigo “Libras e a gestão compartilhada das águas: trocando experiências na produção de vídeos educacionais para a comunidade surda”, como as autoras tratam dos temas comunidade surda e recursos hídricos e as suas proposições, tendo como pressuposto a educação, apresentados a seguir.

Para a produção do material educacional, as autoras realizaram duas pesquisas prévias:

1. um estudo de caso múltiplo junto aos alunos surdos, professores e interlocutoras de Libras de uma escola estadual no município de Jaú (SP); e
2. a realização das Oficinas das Águas junto aos surdos e ouvintes da Associação dos Surdos de Jaú e Região (ASJA), dentro do projeto de Educação Ambiental ASJA VERDE.

Relatar os principais resultados das pesquisas e como surgiu a proposta dos vídeos.

Sugerimos que os participantes, tanto alunos da escola básica como de graduação, assistam aos vídeos. Propomos um roteiro de leitura, mas cada instituição precisa adaptar para a sua realidade local.

Vídeos sugeridos:

Animação sobre a importância da linguagem de sinais: <https://youtu.be/iHLd3Eb-L0>

Vídeo 1 – Água: <https://youtu.be/SyefStyAgpc>

Vídeo 2 – Bacia Hidrográfica: https://youtu.be/2gZXpw_axmM

Vídeo 3 – Mata Ciliar: <https://youtu.be/bXiAJayDzyl>

Vídeo 4 – Água que não se vê em libras: https://youtu.be/dy0_B-Q2ocs

4 Disponível em: <https://bit.ly/2YLquu5>. Acesso em: 10 fev. 2021.

5 BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://bit.ly/2MWxHok>. Acesso em: 22 nov. 2017.

Vídeo 5 – Contaminação da água: <https://youtu.be/zfqi6PnhsOA>

Vídeo 6 – Gestão compartilhada das águas: https://youtu.be/Pt01z9j_1DM.

Roteiro sugerido:

Anotar os objetivos e os conteúdos de cada vídeo.

Comparar com a proposta do artigo no quadro que discrimina objetivos e conteúdos.

As autoras consideram que os vídeos estão voltados tanto para profissionais da área que atuam junto aos surdos quanto para a autonomia do sujeito surdo, sendo aconselhado para pessoas a partir dos 10 anos de idade devido à complexidade abordada a partir do vídeo 4.

Apresentam, também, propostas de seu uso em formas de ensino, para serem adaptadas e/ou modificadas para atender à realidade de cada indivíduo, grupo/comunidade ou instituição, devendo ser planejada previamente para sua efetiva utilização.

Fazer a discussão das propostas e verificar a possibilidade de serem integradas no seu planejamento escolar, principalmente se em sua sala de aula houver alunos surdos.